Alerta foi feito pela CNseg durante a XXVII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios



Entre 2019 e 2024, o Brasil gastou quase dez vezes mais com resposta e reconstrução após desastres climáticos do que com ações de prevenção e preparação. Foram R$ 23,3 bilhões destinados ao enfrentamento de emergências, contra apenas R$ 2,4 bilhões investidos para reduzir riscos antes que as tragédias acontecessem. O alerta foi feito pelo diretor de Relações Institucionais da CNseg, Hailton Madureira, durante o painel “Financiamento da gestão ambiental e climática municipal”, realizado em 20 de amio, na XXVII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios.

Segundo o executivo, essa lógica de reação, em vez de prevenção, tem custado caro ao país. Apenas entre 2022 e 2024, 67 eventos climáticos significativos provocaram perdas econômicas estimadas em R$ 184 bilhões, em um cenário de aumento da frequência e da intensidade dos desastres naturais. Dados apresentados pela CNseg mostram que, entre 2015 e 2019, o Brasil registrava em média 2.500 eventos climáticos por ano, mas entre 2020 e 2024, esse número praticamente dobrou, alcançando cerca de 4.500 ocorrências anuais.

Apesar da escalada dos prejuízos, a proteção securitária ainda é limitada. Tradicionalmente, apenas cerca de 9% das perdas econômicas decorrentes de desastres climáticos no Brasil são cobertas por seguros, percentual muito inferior ao observado em países desenvolvidos, onde a cobertura varia entre 20% e 55%.

Na avaliação da CNseg, essa baixa cobertura amplia a vulnerabilidade da população e transfere para os cofres públicos uma conta que poderia ser mitigada com instrumentos de proteção securitária. “Os gastos com prevenção entram como despesas comuns nos balanços públicos, enquanto os recursos destinados à reconstrução podem ser tratados como créditos extraordinários, sem impacto nas metas fiscais. Isso acaba criando um desincentivo à prevenção”, explicou o diretor da CNseg.

No campo, o cenário também preocupa. Em um momento de aumento dos riscos climáticos, a subvenção federal ao Seguro Rural vem encolhendo, o que compromete não apenas a segurança financeira do produtor, mas toda a cadeia econômica ligada ao agronegócio. Já na infraestrutura pública, a proteção securitária é ainda mais reduzida: levantamento da CNseg indica que menos de 2% da infraestrutura crítica brasileira conta hoje com cobertura de seguros, expondo a população e o orçamento público a riscos crescentes.

Hailton destacou que ampliar a proteção securitária não é apenas uma medida de proteção

patrimonial, mas também uma estratégia de política pública. Estudos citados pela CNseg indicam que seguros aceleram a recuperação econômica após eventos extremos, permitem respostas mais rápidas a famílias e empresas e reduzem a pressão sobre os gastos públicos. Segundo estimativas do World Resources Institute (WRI), cada R$ 1 investido em adaptação pode evitar até R$ 10 em despesas pós-desastre.

Diante desse cenário, a CNseg vem estruturando iniciativas para ampliar o acesso ao seguro no país. Entre elas está o desenvolvimento de um produto voltado à cobertura contra alagamentos, em parceria no Rio Grande do Sul, com foco em oferecer uma solução mais acessível à população. A entidade também atua junto ao Congresso Nacional para evitar o contingenciamento de recursos do Seguro Rural e discute modelos de seguro catastrófico para entes públicos, inspirados em experiências internacionais que combinam participação governamental, mercado segurador e bancos multilaterais para reduzir prejuízos e dar maior previsibilidade financeira diante de eventos extremos

Em um cenário de eventos climáticos cada vez mais frequentes e severos, a avaliação da CNseg é que ampliar a prevenção e fortalecer instrumentos de proteção financeira, como os seguros, deixou de ser apenas uma agenda do setor e passou a ser uma necessidade estratégica para reduzir perdas, proteger a população e aliviar a pressão sobre as contas públicas.

Fonte: CNseg, em 21.05.2026